

Constituinte pode votar o regimento terça-feira

Depois de uma paralisação de dez dias, provocada pelo carnaval, a Constituinte reiniciará seus trabalhos amanhã devendo começar a votar o regimento interno na terça-feira. O PMDB e o PFL já chegaram a um acordo sobre o artigo 57 e o parágrafo 7º da proposta, elaborada pelo senador Fernando Henrique Cardoso. Aceitaram aprovar emenda substitutiva do deputado Maurílio Ferreira Lima, que restringe a soberania da Assembléia e atribui-lhe poderes apenas de salvaguarda contra medidas que possam ameaçar seus trabalhos e decisões.

Mas a aprovação do regimento interno não está ainda assegurada, porque a bancada do PMDB na Câmara não aceita o funcionamento simultâneo do Congresso e da Constituinte. A bancada peemedebista decidiu que a Câmara deve permanecer em recesso até a promulgação da nova Carta. No Senado, o partido defende o funcionamento extraordinário da Casa, pois os senadores temem que a paralisação dos seus trabalhos facilite a adoção do sistema unicameral.

O presidente do Senado, Humberto Lucena, marcou para amanhã reunião com os líderes partidários e

membros da Mesa Diretora para discutir a adaptação do regimento do Senado a uma nova sistemática de funcionamento, mas não aceita o recesso branco. Já o líder peemedebista na Câmara, Luís Henrique, não concorda com o funcionamento da Casa nesse período, alegando que, se isso acontecer, "não teremos uma verdadeira Constituinte, mas uma farsa".

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, alega que seu partido não deseja o funcionamento regular das duas Casas, mas não aceita sua paralisação até a promulgação da nova Constituição. Até amanhã, os líderes da Aliança Democrática estarão empenhados na busca de uma solução conciliadora das duas posições, mas o presidente José Sarney já adiantou que não concorda com a suspensão dos trabalhos do Congresso.

O presidente da República transmitiu pessoalmente sua posição ao líder governista Carlos Sant'Ana, acrescentando que, apesar disso, não pretende interferir na definição de critérios para o funcionamento da Câmara e do Senado. Para Sarney, a periodicidade das suas sessões deve ser definida pelos líderes partidários, mas o que ele não aceita é o recesso branco.